

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER N. 114/2022

Após a apresentação do relatório em reunião realizada no Plenário da Câmara Municipal, presente os vereadores Alceu Antonio Mazziero, Presidente, Daniella Maria Freitas Leite Penteado e José Agostino Salata, membro indicado como Relator pelo Presidente, a Comissão de Justiça e Redação, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, emitiu parecer favorável ao Projeto de Lei Ordinária do Executivo n. 097 de 2022, de autoria do Chefe do Poder Executivo.

Dois Córregos, 26 de setembro de 2022.

Alceu Antônio Mazziero

m 1

José Agostino Salata

Membro - Relator

Daniella Maria Freitas Leite Penteado

Membro

1

i – CEP 17300-000-Dois Córregos – Estado de São Paulo - Brasil 133/3652-3553 – E-mail camara@camaradoiscorregos.sp.gov.br





## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO RELATÓRIO

Propositura: Projeto de lei nº 097 de 2022, protocolada nesta Casa de Leis em 09 de setembro de 2022, às 10h e 46min.

Ementa: "Autoriza o Poder Executivo a transferir à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos a importância que especifica, e dá outras providências."

Autoria: Chefe do Poder Executivo Municipal.

O Projeto de Lei n. 097/2022, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a transferência de R\$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais) à Santa Casa de Misericórdia de Dois Córregos, para ser empregado no custeio da Santa Casa, em especial para o pagamento do reajuste salarial de aproximadamente 11,92%, relativo ao dissídio da categoria.

Quanto à iniciativa da propositura não há qualquer problema apto a ocasionar inconstitucionalidade e ou ilegalidade. A iniciativa é do chefe do Poder Executivo (art.33, IV da LOM), pois, por se tratar de uma complementação de dotação prevista no orçamento municipal, será necessário a abertura de um crédito adicional, assim previsto no art.3º do presente projeto de lei.

A matéria é de competência legislativa municipal, mesmo porque se trata de legislação referente as finanças do município, logo, não há problemas neste ponto específico.

Quanto as questões procedimentais, havendo urgência e interesse público, pode o Prefeito Municipal, nos termos do art. 35 da Lei Orgânica Municipal e art. 121 do

Dani

Av. D. Pedro I, 455 – CEP 17300-000-Dois Córregos – Estado de São Paulo - Brasil Fønes (14) 3652-2033/3652-3553 – E-mail camara@camaradoiscorregos.sp.gov.br

Last for the first for the first state of the state of th

## COWESSÁG DE JUSTICA E REDAÇÃO

Propositura: Projeto de tel el 187 de 1993, profudeteda esura Casa de Leis em 48 de setembro de 2021, de 1801 o 46 min

Eustata: "A residend Podes füllemite dis repaient à individuel Banta Dans de Mirer postis de Core de Correde di Imperfaceix que la republical e dé pares provitionales."

A water Obeta do Nobel See your Preniagold

Control of the control of the control of antiques of Parker Checumor disposed of the control of Sents Class of the control of the control of Cents Class of the control of

Overrio à iniciative de concepture née le cualquer problème apto a comment inconstitue de configuration de configuration de constitue de configuration de confi

elant ea authog america l'aquinitat autropal distributation de chècum A.

clineq elimit distribute del càn coppli organisment de revise à su stine d'en dépalaigel et
collide des la cantidate del càn coppli organisment de revise à su stine d'en dépalaigel et

Quanto yst questible i recodementars, haverido urginente a interassa público. Sobe o Prefeto i lipnicipal, ensitentes do seu 36 de 1.40 Organiza atindicipal e ed 121 do



## **CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS**

Regimento Interno, solicitar a urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, neste caso, o projeto de lei terá o prazo de 45 dias para deliberação.

Caso os vereadores queiram apresentar urgência regimental, ela deverá estar assinada por, no mínimo, três vereadores, e deverá ser apresentada até no máximo antes de ser iniciada a sessão ordinária, com requerimento fundamentado e assinado, é o que preceitua o art. 120 e seus parágrafos do Regimento Interno da Câmara Municipal.

De modo geral, tudo o quanto previsto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, foi cumprido.

Em relação à análise do conteúdo, cabe a esta comissão analisá-la somente sob o aspecto da constitucionalidade e da legalidade, e não sobre o mérito. E, ao que tudo indica, não há no referido projeto de lei, irregularidades aparentes a ensejarem sua rejeição.

Assim, conclui-se que a propositura está apta a ser submetida ao Plenário para deliberação sob o viés político. É o relatório apresentado e como vota esse relator.

Dois Córregos, 26 de setembro de 2022.

José Agostino Salata

Relator

Dai